

**Jesuítas, saúde e escravidão na Fazenda de Santa Cruz:  
tradições, esperanças e sociabilidade escrava**

Júlio César Medeiros da Silva Pereira \*

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar as influências dos padres jesuítas na formação da comunidade escrava da Fazenda Santa Cruz, a maior fazenda agropecuária pertencente ao Império, durante o século XIX. A pesquisa tem demonstrado que os escravos da Fazenda do Imperador possuíam uma sociabilidade que girava em torno de uma gama de direitos herdados de antigos costumes e tradições deixadas pelos inacianos, sobretudo a cura. Os laços de solidariedade eram reforçados através do matrimônio, dos dias de descanso e a cura dos doentes através do tratamento de saúde gratuito feito pelos próprios escravos, assim como o cuidado de recém-nascidos e velhos. Nesse sentido, o hospital dos escravos de Santa Cruz emerge como um local privilegiado para a manutenção desses interesses.

**Palavras-chave:** escravidão, doenças, história cultural.

**Abstract:** This paper intends to examine the influence of Jesuit priests in the formation of the slave community of Fazenda Santa Cruz, the largest agricultural farm belonging to the Empire during the nineteenth century. Research has shown that the slaves of Emperor had a sociability that revolved around a variety of rights inherited from old customs and traditions left by Jesuits, especially healing. The bonds of solidarity were strengthened through marriage, the days of rest and treatment of patients with health treatment made by the slaves, as well as the care of newborns and older. So, slaves to the hospital of Santa Cruz emerges as a privileged site for the preservation of those interests.

**Keywords:** Slavery, illness, cultural history.

Esta comunicação tem por objetivo partilhar com os demais pesquisadores temas a respeito da escravidão, cura e saber jesuítico. Na verdade, essa proposta está inserida no universo de possibilidades de análise por onde encaminho o tema do meu doutorado, realizado junto a Fiocruz: as práticas de curar na Imperial Fazenda de Santa Cruz. Portanto, o que apresentamos aqui se trata mais de uma proposta de análise do que algo conclusivo a respeito das práticas de curar, entretanto, ela reflete uma das vertentes mais caras ao nosso trabalho, a experiência dos inacianos relacionada à cura e a permanência dessas práticas terapêuticas por quase meio século entre os escravos de Santa Cruz.

---

\* O autor é Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorando em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, e desenvolve sua tese sobre as práticas de saúde realizadas na Imperial Fazenda de Santa Cruz, em 1860.

Portanto, procuraremos pelos próximos parágrafos explicitar da melhor forma possível, porque acreditamos que a manutenção de um hospital de escravos em Santa Cruz, bem como a emergência de escravos cirurgiões, barbeiros e enfermeiros remonta a uma prática deixada pela ordem jesuítica. Muito dos autores usados nessa análise já foram amplamente empregados em outros trabalhos sobre os jesuítas, entretanto, são eles, ainda, indispensáveis para a tessitura desta intrincada rede social formada e partilhada pelos escravos, quando do momento do auge da Fazenda Santa Cruz que agora era imperial. Espero poder de alguma forma trazer alguma contribuição ao tema abrindo um diálogo profícuo e consistente acerca das relações escravista do ponto de vista da prática de curar.

Desde muito cedo aqueles que se propunham ao ensino no Novo Mundo tiveram de aprender uma grande lição: a cura deveria ser uma constante em suas tarefas evangelizadoras. Isto se deu, em primeiro lugar, por terem de curar e cuidar de si, em segundo, por terem de curar aqueles a quem direcionavam suas mensagens anunciando o poderoso Deus católico. Em uma terra inóspita, com doenças e epidemias muitas vezes desconhecidas dos europeus, os jesuítas careciam de meios que minorassem as dificuldades e baixas sofridas em seus ofícios e como ressaltou a historiadora Daniela Buono Calainho:

*“Os inacianos viam-se como médicos espirituais e corporais, expressando, assim, uma inequívoca correlação entre a cura dos corpos e a perspectiva da conversão à fé cristã.”* (Calainho, 2005. P. 69)

Em uma terra árdua, as soluções imediatas eram imprescindíveis. A salvação da alma seria algo distante e, em muitos casos, sem sentido se os jesuítas não resolvessem, perante àqueles a quem desejavam salvar, os problemas terrenos mais urgentes. A historiadora Maria de Fátima Medeiros Barbosa também comunga desta perspectiva. Ela chamou-nos a atenção para ao fato de Anchieta (1534-1597) ter observado que “na atividade missionária a cura das doenças era porta aberta para a cura das almas” (Barbosa, 2006, p. 150), assim, fica claro que através da resolução dos males terrenos que afligiam a colonos e colonizados, se tornava mais fácil alcançar os corações despertando-lhes a fé.

Esta necessidade de cura não era só em função da obra missionária, mas ela se devia, em grande medida, a um instinto de sobrevivência. Em muitos casos, os jesuítas não podiam contar com mais do que eles mesmos. Deixados à própria sorte, isolados em povoados a quilômetros de distância, o único recurso que possuíam era o conhecimento acerca da cura e da natureza indômita que lhes cercavam. O paraíso terrestre, o éden perdido pode ter se transfigurado em inferno em várias ocasiões, principalmente em momentos de pestilência.

O tom destes males pode ser percebido através das cartas trocadas pelos inacianos em suas missões nos trópicos. “Mui doente, magro, com a cara e os pés inchados e pernas cheias de póstumas” assim foi descrito Manoel da Nóbrega por Anchieta em sua carta missionária quando do início da colonização do Brasil (Anchieta, 186, Apud Leite 1938, p. 463). Nóbrega era tão doente que, em 1533, piorou o seu estado tendo de ser sangrado duas vezes. Em carta endereçada a Santo Inácio, ele confessou possuir uma doença que em seu entendimento, não havia escapatória, pois não vira ninguém sobreviver a ela, tratava-se de um inchaço no estômago que lhe “fazia deitar sangue pela boca” (Leite, p. 463). Segundo Leite, mesmo padecendo deste mal, Nóbrega se obrigava a longas caminhadas que, por muitas vezes, passavam por montanhas e pântanos.

As epidemias também foram fatores que obrigaram os inacianos a se voltarem para as tentativas de cura que representavam a chance de salvar vidas humanas. A epidemia de varíola de 1559 deve ter lhes ensinado isto. Ela se espalhou pela costa brasileira, adentrou o sertão e, em 1662, atingiu o seu auge ceifando mais de 30 mil índios, “*nas aldeias jesuíticas, as perdas foram de um terço e, nos engenhos, a mortalidade foi igualmente devastadora*” (Calainho, 2005, p. 61).

Em 1563, ainda no início da colonização, o contato do europeu com o indígena, fez eclodir uma nova epidemia: o sarampo. Centenas de nativos, nas reduções jesuíticas, faleceram trazendo grande prejuízo aos engenhos jesuíticos. Com efeito, o contato do europeu com o indígena provocou um desequilíbrio biológico que gerou patologias que eles mesmos se esforçavam por curar. Por outro lado, a assistência espiritual estava unida ao serviço corporal, salvar almas era também salvar os seus da pestilência que se avizinhavam ao mesmo tempo em que era uma satisfação a dar aos ainda não convertidos. Como anunciar um Deus que não podia curar?

Assim os servos do Santo Inácio se viram obrigados a curar, receitar, sangrar, operar e partear (Ribeiro, 1971, p. 173). Estas novas obrigações que lhes eram impostas não eram estranhas ao serviço eclesiástico, pois o próprio Santo Inácio não excluiu a cura como um dos elementos fundamentais da missão jesuítica na terra. Em sua obra “Exercícios espirituais” ele ressaltava que Cristo convidava “a seus amados discípulos a dá-lhes poder de expulsar os demônios dos corpos humanos e **curar** todas as enfermidades” (Loyolla, 1999) fazendo referência aos textos de São Matheus 10.16 e São Marcos 16. Logo, curar, segundo Loyola, fazia parte do trabalho e, dele, um verdadeiro missionário não podia fugir.

Em muitos casos, o sobrenatural era esperado como o único recurso a se lançar mão. Neste caso os sacramentos eram elementos fundamentais por possuírem um duplo significado:

o perdão dos pecados e a cura corporal. Calainho observa que Anchieta cria na cura e na eliminação da malignidade das doenças através do batismo (Calainho, 2005, p. 73). Em certa ocasião, uma índia, segundo Anchieta, se recuperou de uma doença mortal após ser batizada, da mesma forma que um índio, ferido em combate, sobreviveu após receber “o corpo de Cristo” (Calainho, 2005, p. 74).

Mas às vezes, a espera pela divina providência podia trazer desalento e um sentimento de impotência ante os infortúnios da vida, principalmente em meio a epidemias, o que fez com que os inicianos não só dependessem do sobrenatural, mas buscassem os meios terrenos para a cura. “Em Piratininga servi de médico e barbeiro curando e sangrando a muitos daqueles índios” declarou Anchieta em sua *Carta aos irmãos enfermos de Coimbra* (Anchieta, 1933, p. 63). Em outro momento Anchieta desabafou ao Padre Geral de São Vicente escrevendo “Nossa casa é a botica de todos, poucos momentos está quieta a companhia da portaria, uns indo, outros vindo, a pedir diversas coisas” (Anchieta, 1933, p. 240). Nesse sentido, a fabricação de mezinhas e construção de boticas foi de suma importância para os trabalhos entre os gentios.

Era preciso conhecer a terra e retirar dela todos os recursos oferecidos para proveito mútuo. Embrenhados nas matas e pântanos, singrando os sertões e cerrados, lado a lado com os negros da terra, os jesuítas coletaram toda sorte de informações sobre as doenças locais e as suas possíveis curas. Foram em muito incentivados pela arraigada disputa entre a fé no Deus católico e a cura dos pajés, portadores da sabedoria popular amplamente conhecida dos nativos (Calainho, 2005, p. 71).

Na visão do Frei Vicente Salvador (1564-1635) o clima dos trópicos não era empecilho à evangelização dos gentios, mas muito pelo contrário, a terra era boa e prodigiosa em oferecer diversos produtos medicinais: Deus havia providenciado tudo. No capítulo sétimo de sua *História do Brasil* ele relata as virtudes da fauna brasileira:

*“Para as boticas: outras chamadas sassafrás, ou árvores de funcho, porque cheiram, a ele, cujas raízes e o próprio pau para enfermidades de humores frios é tão medicinal como o pau da China. [...] Há umas árvores chamadas anudaz, que dão castanhas excelentes para purgas, e outras que dão pinhões para o mesmo efeito [...] provocam o vômito, e se lha tiram, somente provocam a câmera.”*  
(Salvador, 1889, p. 10)

Ao mesmo tempo em que o jesuíta descreve as plantas, didaticamente, ele procura apresentar o seu uso medicinal. A árvore sassafrás (*Ocotea odorífera*), hoje em extinção no Brasil, ainda é utilizada na indústria química e farmacêutica. A casca de sua raiz era usada

pelos índios para curar diversos males, o seu chá depura o sangue, diminui inchaços e ameniza artrites e outros acreditam que os antigos lhe conferiam um poder afrodisíaco (Felippe, 2004, p. 84). O inaciano deve ter aprendido o seu uso com os índios que costumavam mastigar os galhos da árvore.

Ao longo do capítulo citado, Salvador descreve várias plantas e os seus usos medicinais, assim como a idéia de purgar o mal era um tratamento dominante na época. Em outros casos as doenças mais preocupantes aos colonizadores são resolvidas seguindo os antigos preceitos indígenas, como o caso da “erva fedegosa, chamada dos gentios e índios feiticeira, pelas muitas curas, que com ela se fazem e, particularmente do bicho, que é uma doença mortífera” (Salvador, 1889, p. 10). A fedegosa (*Chenopodium album*) era utilizada para efeitos analgésicos e antiinflamatórios, por isto ela era usada para combater o maculo que se caracterizava por: “por uma retite inflamatória, com afrouxamento do esfíncter externo do ânus, eliminação de muco fétido, ulcerações e prolapso do reto, além de manifestações sistêmicas como febre, cefaléia, dores no corpo” (Rezende, 2005)]

Segundo Ribeiro, a cura era obtida depois de se lavar *as partes* em água fervida da fedegosa três vezes ao dia, antes que a doença chegasse ao seu estado avançado, neste caso, a cura se tornava dolorosa e necessariamente se trataria com clisteres (Ribeiro, 1971, p. 164). Grande parte dos escravos sofria desta doença de sorte que chegou a se acreditar que esta fosse uma doença de escravos ou de negros africanos.

Em contra partida, encontrar a erva fedegosa não era difícil. Segundo o reverendo Walsh era comum “torrar a semente de um arbusto nativo chamado de fedegosa e usá-la como café; alguns a consideram extremamente saborosa” e podia ser encontrada em toda parte, pois era uma planta que crescia em profusão por toda a cidade e enfeitava as praias com suas flores amarelas (Walsh, 1985, p. 219)

Com efeito, a facilidade de acesso era um dos motivos pelos quais o uso de ervas e dos conhecimentos indígenas conseguissem ter uma larga penetração no meio popular, por outro lado, os jesuítas adicionaram aos seus conhecimentos, as novidades da terra, formando as suas próprias boticas e mezinhas. Os boticários, segundo Edler não só vendiam, mas também preparavam os remédios para os médicos, eles eram fiscalizados quanto ao preço e qualidade dos medicamentos pelo físico-mor que enviava visitas de inspeção (Edler, 2006).

No caso dos jesuítas, as boticas eram as mais bem equipadas e “eram quase sempre as únicas existentes nas vilas” (Edler, 2006, p. 33) e a do Colégio dos Jesuítas abastecia as outras boticas da cidade do Rio de Janeiro (Edler, 2006, p. 33) e despontavam na cidade como referência para a cura. Os jesuítas, por seu turno, se dedicavam à confecção de suas próprias

mezinhas e para tanto, muitos destes vieram da Europa ao longo do século XVII e aqui se instalaram a fim de se dedicarem ao preparo de suas panacéias <sup>1</sup>. Os recursos obtidos com o abastecimento de outras boticas pequenas e da exportação de alguns remédios para a Europa eram revertidos para o sustento dos padres.

Com o tempo, os jesuítas se estabeleceram como uma potência na arte de curar conquistando o respeito dos habitantes e vencendo a desconfiança do povo, já que muitos destes remédios receitados não lhes eram estranhos uma vez que, grosso modo, faziam parte do mundo popular no qual o maravilhoso e a racionalização não possuíam limites definidos <sup>2</sup>. O povo tendia ao maravilhoso, a uma mistura do sagrado com um imaginário povoado de crenças populares nas quais estavam unidas antigas tradições africanas e indígenas, os jesuítas souberam colocar ao lado destes conhecimentos, sem uma hierarquia de valoração do saber, o caráter de eficácia. Neste sentido, pouco importava se o uso de tal raiz remontava a antigos saberes de pajés, ou se vinha do continente africano, o que importava era o fato da sua ministração estar vinculada aos irmãos do Santo Inácio, novos detentores deste saber.

Daniela Buono Calainho afirma que as boticas dos jesuítas suplantavam as demais, não só no Rio de Janeiro, mas onde quer que estivessem. No inventário de 1760 a botica jesuítica do Pará, apresentou 400 remédios e utensílios variados que iam de uma fornalha a alambiques, armários, estantes, camas e livros (Calainho, 2005, p. 65). Contudo, nenhuma delas se poderia equiparar à encontrada no Colégio da Bahia dado a vultosa soma de livros e remédios amontoados pelos inacianos desde que aqui chegaram. Um destes livros, e talvez o mais importante, foi a Triaga Brasília que segundo Edler constituía-se de uma panacéia para o todos os males, ela compunha-se de 78 tipos diferentes de plantas das mais diferentes regiões do Brasil (Edler, 2006, p. 33).

Lourival Ribeiro também louvava a botica jesuítica da Bahia por possuir a Triaga Brasília, e que só tinha por correspondente a “excelente” Triaga *optima* do Colégio Romano, (Ribeiro, 1971, p. 172), mas, ao contrário do que ele supôs, não só o colégio da Bahia possuía uma Triaga, mas a botica da Fazenda Santa Cruz também possuía o seu exemplar.

Freitas assevera que a botica de Santa Cruz possuía um exemplar da Triaga Brasília, entretanto, ele não explica com clareza os ingredientes de tal panacéia. O que sabemos sobre as Triagas, é proveniente de Serafim Leite que a transcreveu no Tomo II de sua *História da*

---

<sup>1</sup> Edler assevera que ao menos 13 jesuítas europeus vieram ao Brasil ao longo de 1600 e início do século XVIII, (Edler, 2006, p. 33)

<sup>2</sup> Sobre esta questão, Vera Marques afirma que “os medicamentos secretos e suas propriedades ocultas são exemplares para esclarecer como magia, religião e ciência encontravam-se de mãos firmemente dadas, no Brasil do Setecentos” (Marques, 2003, p. 166)

*Cia de Jesus no Brasil* e foi transcrita, mais tarde, por Lourival Ribeiro em seu trabalho *Medicina no Brasil Colonial*. A questão é que Freitas não deixa claro a que Triaga se refere, pois constantemente ele se refere a uma obra de caráter geral, embora a Triaga transcrita por Ribeiro deixe claro logo na sua folha de rosto que se trata de uma Triaga específica do colégio baiano.

Seja como for, nos reportaremos à transcrição de Ribeiro por imaginarmos que, de uma forma geral, a de Santa Cruz, não deve ter se distanciado muito dos ingredientes citados para a Bahia, que segue assim: aipo, jurubeba, angericó, gengibre, jaborandi, batata do campo, canela da índia, açafraão, pindaíba, erva-doce, sassafrás, funcho dentre outros (Ribeiro L. , 1971, pp. 178-80). Segundo Ribeiro, eram mais de setenta ingredientes que se uniam em determinadas combinações de acordo com o efeito que se esperava. Ela servia de contra veneno, dor interna, paralisia, epilepsia, apoplexia, melancolia “um verdadeiro remédio universal” (Ribeiro L. , 1971, p. 177).

Freitas não descreve a composição da Triaga encontrada em Santa Cruz, mas para suprir esta lacuna ele parece ter recorrido ao trabalho de Serafim Leite, assim, não sabemos ao certo se o exemplar é o mesmo, no entanto, acreditamos que a receita se diferencie pouco ou quase nada do da Bahia. Mesmo porque, apesar da Triaga Brasílica, do Colégio da Bahia ser quase lendária, na época do seqüestro dos bens do Colégio, em 1760, o seu original não foi encontrado. Somente mais tarde foi achada no Arquivo Romano da Companhia de Jesus (Santos, 2003, p. 16). Da mesma sorte não consegui localizar no Arquivo Nacional os ingredientes da tal Triaga. Seja como for, isto não inviabiliza a análise de que a botica de Santa Cruz possuía trabalhos sobre a cura e que servia-se de manuais no combate aos mais diversos males.

Segundo Freitas, os jesuítas construíram o hospital da Fazenda Santa Cruz, para atender a escravaria doente, em 1700. Mais tarde, em 1820, o Hospital se transformaria em uma construção de dois andares com a melhor madeira de lei, com paredes amplas e altas que reservariam vinte e seis janelas no segundo pavimento e trinta e duas no térreo (Freitas, 1985, p. 231). Os doentes eram separados segundo o sexo e a faixa etária e com uma enfermaria para cada um destes. Não só os escravos eram tratados ali, mas todos os residentes da Fazenda, bem como os viajantes que, neste caso, pagariam pelo atendimento.

A botica ocupava o térreo da instalação, e o inventário de 1791<sup>3</sup>, analisado anteriormente, demonstra a preciosidade do material à disposição dos médicos na Imperial

---

<sup>3</sup> AN Códice 808, vol. 4. Inventário da escravatura da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791.

Fazenda, que por sinal, não eram todos médicos, muito menos brancos. Até 1820, os escravos eram os próprios cirurgiões do hospital, e mestres na arte da flebotomia (sangria), os enfermeiros também eram escravos e os melhores entre eles eram escolhidos para serem os futuros cirurgiões <sup>4</sup>.

O posto de cirurgião deveria ser almejado entre os escravos já que, no limite, significaria a fuga dos trabalhos braçais da Fazenda e a distinção entre a escravaria, ou seja, o respeito por parte dos seus. Tal função estava subordinada diretamente ao Superintendente da Fazenda, ou ao administrador da fazenda, estando desvinculado das ordens e ditos de qualquer capataz. Isto fazia com que os moços escravos se esmerassem no serviço de enfermagem a fim de, um dia quem sabe, galgar um dos maiores postos alcançados por um escravo. Receberia um soldo pequeno por isto, é verdade, mas certo. Durante a sua formação, ele ficaria à mercê do hospital e seria sustentado pelo *Caldeirão dos pobres*, que alimentava os inválidos e as crianças, sobretudo as órfãs.

O conhecimento dos curandeiros era absorvido pelos jesuítas em Santa Cruz. Segundo Freitas (Freitas, 1985), Brás da Silva Rangel foi o primeiro a desempenhar a função de curar os moradores das imediações do Curato de Santa Cruz. Ele foi um dos que permaneceram na Fazenda após a expulsão dos Jesuítas em 1759, um remanescente da era jesuítica que teve os seus conhecimentos em *matos e ervas* de propriedades medicinais, aproveitados pelo governador Gomes Freire, que confirmou os seus serviços de cura dos escravos da região <sup>5</sup>.

Não sabemos muito sobre ele, nem se era branco ou negro, mas dois indícios podem nos ajudar a esclarecer melhor este quadro. Em primeiro lugar o fato de o Governador ter atestado de próprio punho, a serventia das práticas de curar de Rangel, e em segundo, o fato de que o seu nome não consta da lista de médicos da geração ao longo de 1700 descrita por Lourival Ribeiro (Ribeiro L. 1971). Tais fatos indicam o conhecimento de Rangel como circunscrito a sua região de atuação e que seus saberes estavam mais ligados aos jesuítas, seus antigos mestres, que mesmo a um círculo de cirurgiões que se formava no Brasil.

O inventário de 1791 da Real Fazenda de Santa de Santa Cruz aponta, ainda, dois escravos que desempenhavam o ofício de boticário, seus nomes eram Ângelo Antunes e José

---

<sup>4</sup> A equipe era formada por Dois cirurgiões, um ajudante, dois barbeiro-sangradores, dois cozinheiros, um enfermeiro e duas atendentes, Cada enfermo era internado segundo uma guia confeccionada pelos enfermeiros, esta guia continha a data da entrada, o local, o medicamento ministrado e o diagnóstico. Os doentes particulares pagavam uma diária de 1\$600, esse valor parece um pouco alto, mas se Freitas estiver correto, esse valor deveria suprir as despesas com os demais escravos que eram custeados pelo próprio Estado, já que lhes pertenciam (Freitas, 1985, p. 234)

<sup>5</sup> Benedito Freitas cita como fonte para esta informação o texto *A fisicatura Mor e o cirurgião mor no Reino de Portugal e Estado do Brasil*, de Eduardo Augusto Pereira de Abreu, publicado na Revista do Instituto, Rio, Tomo 63, p. 180.



Alves<sup>6</sup>. Segundo o documento do Arquivo Nacional, José Alves era pardo, escravo crioulo e desempenhava um alto posto entre os cativos da fazenda, pois havia recebido a incumbência do Sargento Mor Manoel Ruiz Silvano, administrador da fazenda, de proceder ao inventário dos materiais pertencentes à botica. O escravo, boticário, José Alves assina o documentou neste ano com a seguinte relação de bens do qual contava: bancos, estantes, frascos e aparelhos de medir.<sup>7</sup>

A botica era enorme e bem aparelhada, a grande quantidade de potes para remédios nos dá uma amostra da variedade de remédios que a botica possuía. Com efeito, a preparação das mezinhas envolvia uma grande quantidade de utensílios que incluía os tachos nos quais as ervas eram fervidas, as bacias, as balanças nas quais os compostos eram feitos, pois, no caso da Triaga, a confecção era aferida por medida.

O texto encontrado de Antonio Gomes Lourenço deveria ser de uso corrente por isto o seu nome foi omitido, mas acreditamos se tratar de um *exemplar Arte phlebotomanica, anatomica, medica, e cirurgica, para os sangradores, Ou Cirurgia classica lusitana, anatomica, farmaceutica, medica, recopilada e deduzida da melhor doutrina dos escriptores (sic) antigos* de autor homônimo que se encontra na Biblioteca Nacional. De todo modo, nota-se que havia livros de referência na arte de curar, as letras ladeavam as ervas e com elas dividiam o espaço e quem sabe atenção.

José Alves, o escravo boticário, fez segredo dos remédios da botica, não os revelou. Disse que estavam em uso e tal como ocorreu com o Colégio da Bahia, não divulgou os medicamentos. A única coisa que sabemos por esta lista é da existência de “água da rainha”, que pode ser a conhecida *Água da Rainha*.

## **Bibliografia**

Anchieta, J. d. (1933). *Cartas, informações, fragmentos historicos e sermões / Padre Joseph de Anchieta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barbosa, M. d. (2006). *As letras e a cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência missionária de José de Anchieta, S.I. (1534-1597)*.

Calainho, D. B. (2005). Jesuitas e medicina no Brasil colonial. *Tempo*, 19, pp. 61-75.

Caldas, G. (2005). A magia do feitiço: apropriações africanas no Brasil Colônia. *Moçambrás*.

Cavalcanti, N. (2003). *CAVASanta Cruz, uma paixão*. Ed. Relume Dumará, Prefeitura, 2003 (*Contos do Rio*), p. 35. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, Pref. RJ.

---

<sup>6</sup> AN. Códice 808, vol. 4. Inventário da escravatura da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791.

<sup>7</sup> Arquivo Nacional. Códice 808, vol. 4. Inventário da escravatura da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791.

- Edler, F. C. (2006). *Boticas e Pharmácias. Uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Ilust.* Rio de Janeiro: Casa da palavra.
- Felippe, G. (2004). *No rastro de Afrodite: plantas afrodisíacas e culinária.* Rio de Janeiro: Ateliê Editorial.
- Freitas, B. (1985). *História de Santa Cruz. Vol. I A Era Jesuítica (1567-1759); Vol II. Vice-reis e reinado (1760-1821) e Vol III. Império (1822-1889).* Rio de Janeiro: Edições do autor.
- G.Figueredo, B. (2006). As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In: D. R. Nascimento, D. M. Carvalho, & (Orgs), *Uma história brasileira das doenças* (pp. 252-273). Brasília: Paralelo 15.
- Loyolla, I. d. (1999). *Exercícios espirituais de Sto. Inácio de Loyolla.* (S. Tradução por Vital Cordeiro Dias Pereira, Trad.) Braga: Apostolado da Imprensa.
- Loyolla, I. d. (1910). Saint Ignatius of oyola, . In: J. Pollen, *The catholic Encyclopedia*, (Vol. Vol. II).
- Marques, V. R. (2003). Magia e ciência no Brasil setecentista. In: S. Chalhoub, & e. a. (Orgs), *Artes e ofícios de curar no Brasil* (pp. 163-198). Campinas: Unicamp.
- Marques, V. R. (2003). Medicinas secretas: magia e ciência no Brasil setecentista. In: S. C. (Org), *Artes de ofícios de curar no Brasil* (pp. 163-68). Campinas, SP: Unicamp.
- Ribeiro, L. (1971). *Medicna no Brasil colonial.* Rio de Janeiro: Sul Americana SA.
- Santos, F. S. (2003). *Os jesuítas, os indígenas e as plantas brasileiras: considerações preliminares sobre a Triaga Brasília. Dissertação de Mestrado.* São Paulo: PUC-São Paulo.
- Viana, S. B. (1974). *A fazenda Santa Cruz e a crise do sistema colonial (1790-1815).*